



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

(Grau: **Pós-Graduação *lato sensu*** – Modalidade:
Presencial)



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretora-Geral

Dra. Arinda Fernandes

Diretor Administrativo-Financeiro

Dr. Renato Barão Varalda

Diretora de Ensino

Dra. Karina Soares Rocha

Coordenador do Curso

Dr. Daniel Carnachioni

Coordenadora Acadêmica

Juliana Albuquerque



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Sigla: FESMPDFT.

Código e-MEC: 13354.

CNPJ: 26.989.137/0001-04.

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Fundação.

Inscrição Estadual: Isento.

Endereço: Quadra CRS 502 Bloco A, Lote 55, Asa Sul, CEP 70330-510, Brasília/DF.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Direito Civil e Processual Civil.

Tipo: Pós-Graduação *lato sensu*.

Grau: Especialização.

Modalidade: Presencial.

Duração: 06 semestres.

Período mínimo para integralização: 04 semestres.

Período máximo para integralização: 06 semestres.

Número de vagas (anual): 240 vagas, sendo 120 no turno diurno e 120 no turno noturno.

Carga horária total: 417 horas/aula.

Coordenador do Curso: Prof. Daniel Carnachioni.

Local de funcionamento: Quadra CRS 502 Bloco A, Lote 55, Asa Sul, CEP 70330-510, Brasília/DF.



SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	4
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
APRESENTAÇÃO	6
1. Histórico da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT.....	7
2. Contextualização Regional (Distrito Federal).....	7
3. Missão, Visão e Valores	8
4. Objetivos do Curso	9
4.1. Objetivo Geral	9
4.2. Objetivos Específicos.....	9
5. Público-Alvo	9
6. Carga horária	9
7. Formas de Ingresso	10
8. Matriz Curricular	10
9. Ementas e Bibliografias	10
10. Metodologia do Processo Ensino Aprendizagem, Sistema de Avaliação e Frequência	49
11. INFRAESTRUTURA	49
11.1. Espaço Físico	50
11.1.1. Instalações Administrativas.....	50
11.1.2. Espaço de trabalho para o coordenador.....	50
11.1.3. Sala coletiva dos professores.....	50
11.1.4. Salas de aulas	50
11.1.5. Auditório	50
11.1.6. Instalações Sanitárias	50
11.2. Equipamentos	51
11.3. Biblioteca	51
11.3.2. Acervo	51
11.3.3. Serviços	52

APRESENTAÇÃO

A **Fundação Escola Superior do Ministério Público, FESMPDFT**, apresenta neste documento uma proposta de nova oferta, por meio do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Civil e Processual Civil, na modalidade presencial, trabalho desenvolvido e aperfeiçoado ao longo dos anos pela Direção de Ensino e pela coordenação do curso.

Trata-se, pois, de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica planejada para o curso e um posicionamento institucional frente ao contexto educacional e o desenvolvimento da área de conhecimento em pauta, amplamente discutido pela esta Instituição de Ensino Superior.

Pretende-se aqui definir a identidade, a diferenciação e a originalidade do curso, bem como, sendo documento de reflexão, trazer-lhe perspectivas, prever possíveis mudanças necessárias, assim como mecanismos de avaliação permanentes a fim de manter a excelência na qualidade de ensino que será buscada por toda a instituição e garantir que esta qualidade esteja refletida nesta proposta.

Este Projeto Pedagógico foi elaborado levando-se em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional; a legislação vigente, visando, portanto, a oferta de um Curso que primará pela formação qualitativa desse profissional para atuar em diversos campos de abrangência.

O documento inicia com a descrição de um perfil da Instituição de Ensino que abrigará o Curso em questão e sua inserção regional. Segue com a apresentação dos dados gerais do curso e sua organização pedagógica, incluindo as concepções teórico-metodológicas. Avança com a descrição do Corpo Docente que atuará no Curso e do núcleo que desenvolveu a proposta. Apresenta a infraestrutura de apoio geral oferecida pela Instituição e a descrição dos processos de avaliação que serão utilizados para avaliar os alunos e o próprio curso. Por fim, são explicitadas as condições de funcionamento do curso no que se refere às instalações físicas e infraestrutura tecnológica.

1. Histórico da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT.

A **Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - FESMPDFT**, com o CNPJ nº 26.989.137/0001-04, foi constituída em 07/02/1991, conforme rege sua Escritura de Constituição, registrada no Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília/DF, tem sua sede localizada no SCRS Quadra 502, Bloco A, Loja 55, Asa Sul, CEP: 70.330- 510, Brasília/DF.

A FESMPDFT, tem a responsabilidade de promover condições adequadas de funcionamento das atividades acadêmicas, colocando à disposição os bens móveis e imóveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhe os suficientes recursos humanos e financeiros de custeio.

Idealizada pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Dr. Geraldo Nunes, com a gestão de seus Conselheiros, que são membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a FESMPDFT entende o investimento em Educação como a mais importante ferramenta a favor do desenvolvimento da sociedade no combate à violência e à desigualdade social.

2. Contextualização Regional (Distrito Federal)

O **Distrito Federal é um dos 27 entes federados do Brasil**. Está localizado na Região Centro-Oeste do país, em uma zona de clima tipicamente tropical e de vegetação de Cerrado. A instalação do Distrito Federal remete à criação de Brasília, e a sua história está ligada, política e economicamente, à transferência da capital federal para o interior brasileiro.

O Distrito Federal **é dividido em 33 regiões administrativas**, e a sua forma de governo está baseada nos Três Poderes nacionais, sendo o Poder Legislativo distrital uma mescla dos Legislativos estaduais e municipais do Brasil. Possui cerca de 3 milhões de habitantes, a maioria formada por imigrantes e descendentes, cenário que culminou em uma grande diversidade cultural.

Brasília é mais que o centro político do Brasil, é um polo econômico com expressivo mercado consumidor, 3 milhões de pessoas com renda média até três vezes maior que a nacional, evidenciando um grande potencial de desenvolvimento. Além disso, Brasília é referência em economia criativa, como música, teatro, dança, moda, novas mídias, televisão, games e outras produções artísticas fazem parte desse setor que cresce a cada ano. Já são mais de 22 mil pessoas na economia criativa, o que significa 1,5% da fatia do mercado local. Atualmente o setor de

serviços é responsável por 71% de toda a atividade econômica.

▪ **Dados Gerais do Distrito Federal** **Região:** Centro-Oeste.

Capital: Brasília.

Área territorial: 5.760 km² (IBGE, 2019).

População: 3.055.149 habitantes (IBGE, 2020)

Densidade demográfica: 444,6 hab./km² (IBGE, 2010).

A oferta educacional da FESMPDFT surge a partir da análise dos dados socioeconômicos educacionais da região, suas demandas e potencialidades. Assim, insere-se na realidade do Distrito Federal e Entorno, comprometendo-se a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região, integrando aos seus currículos e práticas educacionais políticas e programas de inclusão social, respeito aos direitos humanos, igualdade étnico racial e preservação ambiental.

Considerando, portanto, as características socioeconômicas e o seu potencial de desenvolvimento na área jurídica, a FESMPDFT, tem como proposta institucional oferecer novas perspectivas de qualificação profissional para a população no âmbito local, regional, e mesmo nacional, promovendo a formação de pessoas altamente qualificadas para o mercado de trabalho. A Instituição, *lócus* de referência na localidade, assume o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e do País.

3. Missão, Visão e Valores

A **FESMPDFT** é uma instituição comprometida com a formação, com a ética e com a qualificação de profissionais na sua área de atuação. Dessa forma, tem por **Missão**:

“Promover e estimular o aperfeiçoamento profissional e acadêmico por meio do ensino e pesquisa em temas jurídicos e afins, prioritariamente de interesse do Ministério Público”.

De acordo com a sua **Visão**, a **FESMPDFT** pretende:

“Ser referência educacional em sua área de atuação, reconhecida por sua excelência e inovação, geração e disseminação do conhecimento, formando profissionais com competências transformadoras”.

Tem por VALORES:

- Sucesso
- Referência
- Respeito
- Honestidade

- Compromisso
- Transparência
- Qualidade e Inovação
- Consistência
- Congruência

4. Objetivos do Curso

4.1. Objetivo Geral

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Civil e Processual Civil tem como objetivo promover e estimular o aperfeiçoamento profissional e acadêmico, por meio do ensino e pesquisa em temas jurídicos e afins, prioritariamente de interesse do Ministério Público, a fim de formar profissionais e acadêmicos capacitados para buscar a realização da justiça social e a valorização da dignidade da pessoa.

4.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso são os seguintes:

- Desenvolver o espírito crítico e o potencial empreendedor, integrando o processo formativo com a realidade local, regional e nacional;
- Desenvolver o espírito de liderança e a consciência de agir com ética, responsabilidade e cidadania;
- Promover a elaboração, a construção e a divulgação de conhecimentos científicos, acadêmicos e técnicos, através do ensino, da pesquisa e da extensão e da extensão nas áreas do Direito correlacionadas ao Direito Civil e Processual Civil, incentivando o trabalho da pesquisa e da investigação científica;
- Desenvolver a reflexão científica na produção de novos conhecimentos a partir de práticas inovadoras e emergentes na área do Direito;

5. Público-Alvo

Profissionais com formação superior, prioritariamente bacharéis em Direito, que desejam atualizar e incrementar seus conhecimentos teóricos e práticos na área jurídica.

6. Carga horária

O curso tem carga horária de 417 horas/aula

7. Formas de Ingresso

O ingresso no curso dar-se-á pela realização de prova de seleção e/ou por análise curricular, sendo priorizado para o preenchimento de vagas aquelas oriundas de candidatos aprovados na prova de seleção.

8. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Direito Civil	
Parte Geral	33
Obrigações	18
Contratos	15
Reais	18
Família	21
Sucessões	15
Direito Constitucional	72
Direito do Consumidor	12
Direito Empresarial	27
Direito Processual Civil	111
Direito Processual Coletivo	15
Metodologia da Pesquisa Jurídica	12
Monografia de Conclusão de Curso	30
Responsabilidade Civil	18
Total Geral	417

9. Ementas e Bibliografias

DISCIPLINA: Direito Civil – Parte Geral

CARGA HORÁRIA: 33 h/a, assim distribuídas: 10 (dez) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1. JUSTIFICATIVA

O Direito Civil tem passado por um importante processo de renovação em suas bases teórica e prática. As mudanças nesse campo trazem também novas exigências para o profissional, que

deve ter conhecimento dos diferentes fenômenos emergentes na sociedade contemporânea. Portanto, torna-se indispensável uma análise aprofundada das novas relações jurídicas travadas no âmbito do Direito Civil, sendo imprescindível para este fim o estudo de sua Teoria Geral.

1. OBJETIVO

Estudar e traçar o novo perfil da Teoria Geral do Direito Civil, em especial dos seus elementos e princípios fundamentais, consolidando uma base para o tratamento dos demais ramos do direito. Compreender a estrutura do Direito Civil, como fenômeno jurídico e disciplina autônoma. Além desses objetivos gerais, especificamente, demonstrar a relevância do direito civil na atualidade, confrontando-o com a Constituição Federal e os princípios fundamentais voltados para a proteção à pessoa humana.

Analisar a importância dos conceitos expostos na Parte Geral do Código Civil, a fim de compreender o direito como um todo.

Finalmente, estudar a evolução do direito civil, comparando o Código Civil de 1.916 e seu momento histórico com o atual Código Civil, o que permitirá o amplo conhecimento dos princípios fundamentais da Teoria Geral do Direito Civil e o estudo dos temas principais relativos à pessoa, aos bens, ao fato jurídico em seu sentido amplo (especialmente o negócio jurídico) e a prescrição e decadência.

2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A evolução histórica do direito civil, correlacionando o diploma de 1.916 com o novo Código Civil. Princípios fundamentais do direito civil. O direito civil e sua relação com os princípios fundamentais da Constituição Federal.

O novo Código Civil: sistema com cláusulas abertas.

Personalidade jurídica. Teorias sobre a aquisição da personalidade. Conceito de Pessoa. Pessoa Natural e início da Personalidade. Nascituro e o Embrião.

Capacidade e personalidade. Capacidade de fato e de direito. Graus de Incapacidades (Absoluta e Relativa). Suprimento das incapacidades. Emancipação. Estados da pessoa.

Término da Personalidade. A morte real e presumida.

Os direitos que decorrem da personalidade. Evolução Histórica. Características fundamentais. Natureza. Análise dos direitos fundamentais sob a ótica constitucional. Classificação e Proteção (Tutela Jurídica).

A dignidade da pessoa humana como princípio fundamental do novo CC. Cláusula Geral de proteção da personalidade.

Individualização da Pessoa e proteção do nome no novo Código Civil. Direito ao nome e personalidade. Conceito. Estrutura. Nome e lei 6.015/73 (Registros Públicos).

Especificação dos demais direitos que decorrem da personalidade inseridos no novo CC, como o direito à vida, à integridade física, ao corpo humano, à privacidade, à imagem e a honra.

Ausência. Fases: Curadoria dos Bens do Ausente, sucessão provisória e sucessão definitiva.

Pessoa Jurídica. Natureza Jurídica. Importância no cenário econômico e social e Teorias Explicativas.

Classificação da Pessoa Jurídica: Pessoas jurídicas de direito público e privado. Espécies: Associações. Sociedades. Fundações (etapas e requisitos para a criação de uma fundação). Partidos Políticos.

Início da personalidade da pessoa jurídica e efeitos da personalização. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas não personificadas. Requisitos de constituição. Breves noções sobre a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público.

Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Hipóteses em que é possível a desconsideração de acordo com o novo Código Civil. Outras fraudes e ilícitos que podem levar à despersonalização.

Domicílio Civil. Elementos do domicílio. Tipos de Domicílio. Princípio da Pluralidade de

domicílios. Domicílio da pessoa jurídica.

Bens jurídicos. Classificação dos bens: Móveis e Imóveis; fungíveis e consumíveis; divisíveis e não divisíveis; singulares e coletivos; principais e acessórios e bens públicos. O bem de família e a sua exclusão da parte geral: Bem de família legal e convencional. Requisitos e finalidade para a constituição do bem de família convencional.

Os fatos jurídicos. Classificação dos Fatos Jurídicos. Fato Jurídico em sentido Estrito. Ato-fato-jurídico. Ato jurídico em sentido estrito. Ato ilícito. Negócio jurídico.

Teoria Geral do Negócio Jurídico: Interpretação do NJ e teorias explicativas. Reserva Mental. Planos de Existência, Validade e Eficácia do Negócio Jurídico.

Pressupostos de Validade do Negócio Jurídico. Eficácia do NJ: Condição, Termo e encargo.

Representação no negócio Jurídico. Representação legal e convencional. Defeitos do Negócio Jurídico (Erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo e fraude contra credores).

Invalidade do negócio jurídico. Nulidade e hipóteses legais. Negócio Nulo e Simulação.

Possibilidade de conversão do negócio jurídico nulo. Anulabilidade e hipóteses legais. Convalidação do negócio anulável. Regras sobre invalidade.

Ato ilícito. Essência e Elementos do Ato ilícito. Responsabilidade Subjetiva e Objetiva. Teoria do Abuso de Direito e causas excludentes da ilicitude.

Prescrição e Decadência. Requisitos para apurar a prescrição. Causas que suspendem, impedem e interrompem a prescrição e prazos prescricionais. Decadência legal e convencional.

Conceito de Decadência e a distinção da prescrição.

Avaliação.

3. METODOLOGIA

5.1. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e discussão sobre os atuais posicionamentos dos Tribunais Superiores.

5.2. PERFIL DAS AULAS

Aulas expositivas, dinâmicas e participativas.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliações escritas com questões de ordem teórica e inserções de natureza prática, nas quais será analisado o conhecimento dogmático e prático do aluno.

7. BIBLIOGRAFIA

CARNACCHIONI, Daniel. Curso de Direito Civil – Parte Geral.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil – Parte Geral. Vol. 1. Saraiva.

FARIAS, Cristiano Chaves de; Rosendal, Nelson. Direito Civil. Brasília: RT.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Civil – Parte Geral. Saraiva.

LOBO, Paulo. Curso de Direito Civil – Parte Geral. Saraiva.

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil – Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense.

OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes de. Novo Código Civil Anotado.vol I. Brasília: Lúmen Júris.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.

TEPEDINO, Gustavo. A parte geral do Código Civil e Código Civil Interpretado, SP: Renovar.

DISCIPLINA: Direito Civil – Obrigações

CARGA HORÁRIA: 18 h/a, assim distribuídas: 5 (cinco) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1 – JUSTIFICATIVA

Estudo do Direito das Obrigações, permitindo ao aluno o conhecimento e a compreensão do fenômeno obrigacional, a partir da análise de seus elementos fundamentais e de sua repercussão para a teoria contratual e demais disciplinas jurídicas.

2 – OBJETIVO

Estudo da Teoria Obrigacional do Direito Civil e de suas características fundamentais, de modo a permitir consolidar a base necessária para o tratamento dos contratos e de outros ramos do Direito.

Apresentar a estrutura das obrigações, bem como da responsabilidade civil, como fenômenos jurídicos como disciplina autônoma e coerência metodológica.

3 – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Introdução ao Direito das Obrigações

Estrutura da Obrigação

Fontes das Obrigações

Objeto da Obrigação – A Prestação

Classificação Básica das Obrigações

Classificação Especial das Obrigações

Obrigação Natural

Teoria do Pagamento - Condições Subjetivas e Objetivas

Inadimplemento Absoluto das Obrigações

Inadimplemento Relativo das Obrigações – A Mora

Prisão Civil

4 – METODOLOGIA

Aulas expositivas, painéis, debates, seminários, recursos audiovisuais e trabalhos individuais ou em grupo.

5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação escrita, sem consulta, com questões de ordem teórica e inserções de natureza prática, nas quais será analisado o conhecimento dogmático e prático do aluno.

6 – BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral das obrigações, São Paulo : RT

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo : Saraiva, vols. 2 e 7.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Obrigações. São Paulo: Atlas, 2015

GAGLIANO, Pablo Stolze, e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, Vols. I, II e III.

GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro : Forense.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo : Saraiva, Vol. 4.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de Oliveira. Parâmetros Analíticos do Direito Civil Constitucional: por um equilíbrio entre os discursos de Direito, Estado, Economia e Sociedade. Dissertação de mestrado apresentada perante a Faculdade de Direito da Universidade de

Brasília, 2017. (Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23903>).

_____. A Dúvida Jurídica Razoável e a Cindibilidade dos Efeitos Jurídicos (Texto para Discussão nº 245). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 5 de março de 2018. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, março, 2018.

_____. Conexões entre as instâncias penal, administrativa, civil e de improbidade: prescrição e efeito vinculante (Texto para Discussão nº 251). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 12 de setembro de 2018-B. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Setembro, 2018-B.

_____. O princípio da proteção simplificada do luxo, o princípio da proteção simplificada do agraciado e a responsabilidade civil do generoso. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Dezembro/2018 (Texto para Discussão nº 254). Disponível em: www.senado.leg.br/nepleg. Acesso em 4 dezembro 2018-C.

_____. O Princípio do Aviso Prévio a uma Sanção no Direito Civil Brasileiro. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Maio/2019 (Texto para Discussão nº 259). Disponível em: www.senado.leg.br/nepleg. Acesso em 30 de maio de 2019.

_____. Soluções contratuais para ineficiências de cobrança judicial de dívida: o bloqueio liminar, a citação ficta e a fragilidade dos contratos com pessoas jurídicas. Disponível em: <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/739654180/solucoes-contratuais-para-a-ineficiencia-de-cobranca-judicial-de-divida>.

_____. Lei nº 13.838/2019: carta de anuência dos confinantes e o georreferenciamento no Registro de Imóveis. Disponível em: http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos_convidados.

_____. Contrato de Mandato e o Substabelecimento: a Responsabilidade do Advogado por Ato do Substabelecido à luz do STJ. In: Revista Brasileira de Direito Contratual. Ano I, nº 1, Out-Dez 2019, pp. 186-190.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro : Forense, Vol. II.

RODRIGUES JR., Otávio Luiz. Direito Civil Contemporâneo: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

RODRIGUES JR. Otávio Luiz; OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de Oliveira. Notícia Histórica, Bibliográfica e Biográfica ao artigo “Inoficiosidade das doações a estranhos – Modo de Calculá-la”, de José Manoel de Azevedo Marques. In: Revista de Direito Civil Contemporâneo (RDCC). Edição 19.

ROSENVALD, Nelson. O Direito Civil em Movimento. Salvador: JusPODIVM.

TARTUCE, Flávio. Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense.

PODESTÁ, Fábio Henrique. Direito das Obrigações, São Paulo : Atlas

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. São Paulo : Saraiva, vols. 2 e 4.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. Curso de Direito Civil, Rio de Janeiro: Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, vol. II.

SCHEREIBER, Anderson; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando; MELO, Marco Aurélio Bezerra de Melo; DELGADO, Mário Luiz. Código Civil Comentado – doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense, 2019-A.

SCHREIBER, Anderson. Manual de Direito Civil Contemporâneo. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, vols. II e III.

WALD, Arnoldo. Obrigações e contratos, São Paulo : Malheiros.

7 – INDICAÇÃO DE LEITURAS PARA COMPREENSÃO DE NOVIDADES DO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

Diante de várias inovações no Direito Civil, recomendo a leitura dos seguintes textos que tivemos a oportunidade de escrever (todos estão disponíveis (http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos_convitados)):

- “Lei da Liberdade Econômica: diretrizes interpretativas da nova Lei e Análise Detalhada das mudanças no Direito Civil e nos Registros Públicos”.
- Cobrança judicial de dívida garantidas por alienação fiduciária em garantia de imóvel: um diálogo do direito civil com o processo civil”.
- “Soluções contratuais para ineficiências de cobrança judicial de dívida: o bloqueio liminar, a citação ficta e a fragilidade dos contratos com pessoas jurídicas”
- “O Princípio do Aviso Prévio a uma Sanção no Direito Civil Brasileiro”.
- “A Segurança Hermenêutica nos vários Ramos do Direito e nos Cartórios Extrajudiciais: repercussões da LINDB após a Lei nº 13.655/2018”;
- “A Dúvida Jurídica Razoável e a Cindibilidade dos Efeitos Jurídicos: hipótese de excludente ou atenuante de responsabilidade civil e de afastamento de efeitos jurídicos desproporcionais em outros ramos do Direito”;
- “O princípio da proteção simplificada do luxo, o princípio da proteção simplificada do agraciado e a responsabilidade civil do generoso”;
- “Análise Detalhada da Multipropriedade no Brasil”;
- “Novidades da Lei nº 13.465/2017: o condomínio de lotes, o condomínio urbano simples e o loteamento de acesso controlado”;
- “A Natureza Jurídica da Caução e Repercussões Cíveis, Processuais, Penais Notarial e de Registro Público”;
- “Termo Inicial da Prescrição da Ação de Petição de Herança: uma necessidade de readequação da orientação da 3ª Turma do STJ”;
- “A recente Lei do Distrato (Lei nº 13.786/2018): o novo cenário jurídico dos contratos de aquisição de imóveis em regime de incorporação imobiliária ou de loteamento” (em conjunto com Bruno Mattos e Silva);
- “Conexões entre as instâncias penal, administrativa, civil e de improbidade: prescrição e efeito vinculante”
- “Casamento religioso no Brasil: rápido comparativo com experiência da Inglaterra com os casamentos islâmicos (“nikah”)
- “Um pouco sobre o civilista San Tiago Dantas: biografia e lições sobre a estabilidade do Direito Civil diante das transformações sociais”;
- “Direito Real de Laje à luz da Lei nº 13.465/2017: nova lei, nova hermenêutica”
- “Lei nº 13.838/2019: carta de anuência dos confinantes e o georreferenciamento no Registro de Imóveis”

DISCIPLINA: Direito Civil – Contratos

CARGA HORÁRIA: 15 h/a, assim distribuídas: 4 (quatro) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1 - JUSTIFICATIVA

O Direito Civil tem passado por um importante processo de renovação em suas bases teórica e prática. As mudanças nesse campo trazem também novas exigências para o profissional, que deve ter conhecimento dos diferentes fenômenos emergentes na sociedade contemporânea. Portanto, torna-se indispensável uma análise aprofundada das novas relações jurídicas travadas no âmbito do Direito Civil, sendo imprescindível para este fim o estudo do Direito dos Contratos.

2 – OBJETIVO

2.1 – OBJETIVO GERAL

Estudo da Teoria Obrigacional do Direito Civil e de suas características fundamentais, de modo a permitir a consolidação da base necessária para o tratamento da responsabilidade civil, dos contratos e de outros ramos do Direito.

Apresentar a estrutura das obrigações, bem como da responsabilidade civil, como fenômenos jurídicos com disciplina autônoma e coerência metodológica.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Levar o aluno a ser capaz de conceituar “contratos”, identificando, de forma segura e crítica, o conteúdo da acepção que interessa à ciência do Direito e ao Direito Positivo, seus elementos e princípios informadores, bem como a compreender a importância do Direito dos Contratos diante do Direito Civil;

Propiciar ao aluno o conhecimento das principais fontes dos contratos no Direito brasileiro, absorvendo a essência, fundamentos, princípios e características impostas pelo Direito Positivo aos contratos e negócios unilaterais.

3 – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A relação jurídica contratual à luz do Direito Civil-Constitucional: o contrato submetido à valorização da pessoa humana.

A aproximação principiológica com o CDC.

A crise da vontade.

O conceito moderno de contrato (jurídico e econômico)

Princípios contratuais (autonomia privada, função social do contrato, boa-fé objetiva, intervenção estatal).

A formação dos contratos no CC e no CDC.

Contratos de adesão.

Revisão judicial dos contratos no CC e no CDC.

Garantias contratuais (evicção, vícios redibitórios, vícios no CDC).

Contrato preliminar (CC 462-6).

A nulidade dos pactos sucessórios (CC 426).

Estipulação em favor de terceiros (CC 436-8).

Promessa de fato de terceiro (CC 439).

Extinção dos contratos.

4 – METODOLOGIA

4.1 – PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e discussão sobre importantes e recentes posicionamentos dos Tribunais Superiores.

5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Será ministrada prova subjetiva em conformidade com os objetivos e metas constantes deste programa de disciplina e da bibliografia apresentada. Em data a ser designada pela Diretoria de Ensino desta Instituição.

6 – BIBLIOGRAFIA BASICA

AGUIAR JR, Ruy Rosado. Extinção dos Contratos por Incumprimento do Devedor (Resolução). Rio de Janeiro: Aide.

_____. Comentários ao novo Código Civil. Da Extinção dos Contratos. Volume VI, Tomo II. Rio de Janeiro: Forense.

ASSIS, Araken de. Resolução do contrato por inadimplemento. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

BERALDO, Leonardo de Faria. Função Social do Contrato. Belo Horizonte: Del Rey.

BEVILAQUA, Clóvis. Direito das Obrigações. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

BRANCO, Gérson Luiz Carlos. Função Social dos Contratos. São Paulo: Saraiva.

CAPPELARI, Récio Eduardo. Responsabilidade Pré-Contratual. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

COSTA, Mário Júlio Almeida. Direito das obrigações. Coimbra: Almedina.

DONINI, Rogério. Responsabilidade Civil Pós-Contratual. São Paulo: Saraiva.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Cláusulas abusivas nos contratos. Rio de Janeiro: Forense.

GAGLIANO, Pablo Stolze, e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Contratos. Tomos I e II. São Paulo: Saraiva.

GARBI, Carlos Alberto. A Intervenção Judicial no Contrato em face do Princípio da Integridade da Prestação e da Cláusula Geral da Boa-Fé. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. Contratos com pessoa a declarar. Rio de Janeiro: Renovar.

GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil - Contratos. São Paulo: Saraiva.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Condições gerais dos contratos e cláusulas abusivas. São Paulo: Saraiva.

LOBO, Paulo Luiz Netto, e LYRA JÚNIOR, Eduardo Messias Gonçalves de. Teoria do Contrato e o Novo Código Civil. Recife: Nossa Livraria.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. Curso de Direito Civil: fontes das obrigações (contratos). Volume III. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

MARTINS-COSTA, Judith. A Boa-Fé no Direito Privado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

MENEZES CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e. Da Boa Fé no Direito Civil. Coimbra: Almedina.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado. Tomos XXXVIII. Rio de Janeiro: Borsói.

NEGREIROS, Teresa Teoria do Contrato. Rio de Janeiro: Renovar.

NORONHA, Fernando. O Direito dos Contratos e seus Princípios Fundamentais. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Volume III. Rio de Janeiro: Forense.

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ROPPO, Enzo. O Contrato. Coimbra: Almedina.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor. São Paulo: Saraiva.

_____. Contratos nominados II: contrato estimatório, doação, locação de coisas, empréstimo (comodato e mútuo). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.



_____. Estrutura clássica e moderna da obrigação. O Ensino jurídico no limiar do novo século. Porto Alegre: EDIPUCRS.

_____. Métodos de interpretação da lei no direito comparado. AJURIS, Porto Alegre, n. 64, p. 103-131, julho.

SCHLECHTRIEM, Peter, e SCHWENZER, Ingeborg. Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

SILVA, Clóvis do Couto e. A Obrigação como Processo. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. A boa-fé e a violação positiva do contrato. Rio de Janeiro: Renovar.

SILVA, Luís Renato Ferreira da. Revisão dos Contratos do Código Civil ao Código do Consumidor. Rio de Janeiro: Forense.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil – Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. São Paulo: Método.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. O contrato e sua função social. Rio de Janeiro: Forense.

VARELA, João de Matos Antunes. Das obrigações em geral. Coimbra: Almedina.

VENOSA, Sílvio. Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. São Paulo: Atlas.

VERÇOSA, Haroldo M. D. Contratos Mercantis e a Teoria Geral dos Contratos. São Paulo: Quartier Latin.

WALD, Arnoldo. Obrigações e Contratos. Saraiva: São Paulo.

DISCIPLINA: Direito Civil – Reais

CARGA HORÁRIA: 18h/a, assim distribuídas: 5 (cinco) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1. JUSTIFICATIVA

O Direito Civil tem passado por um importante processo de renovação em suas bases teórica e prática. As mudanças nesse campo trazem também novas exigências para o profissional, que deve ter conhecimento dos diferentes fenômenos emergentes na sociedade contemporânea. Portanto, torna-se indispensável uma análise aprofundada das novas relações jurídicas travadas no âmbito do Direito Civil, sendo imprescindível para este fim o estudo dos Direitos Reais.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Estudo dos Direitos Reais e de seus elementos fundamentais, de modo a permitir a consolidação da base necessária para o distingui-lo dos demais ramos do Direito.

Apresentar a estrutura dos Direitos Reais, como fenômeno jurídico com disciplina autônoma e coerência metodológica.

2.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Transmitir ao aluno noções dos Direitos Reais, mostrando-lhe o surgimento e a evolução deste ramo do Direito, bem como suas transformações ao longo do tempo;

Estimular a análise crítica dos Direitos Reais, através do estudo de seus princípios informadores, fundamentos, principais institutos, e inter-relacionando o direito material ao direito processual, com a abordagem da proteção possessória;

Propiciar ao aluno o conhecimento dos principais temas relativos aos Direitos Reais, especialmente, posse e propriedade.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Da posse:

Teorias da Posse.

Natureza Jurídica da posse.

Detenção.

Desdobramento da posse.

Classificação da Posse.

Intervenção do caráter da posse

Aquisição, perda e transmissão da posse.

Aspectos gerais sobre os efeitos da posse.

Propriedade:

Características

Função Social e modos de aquisição: registro e usucapião

Propriedade resolúvel.

Propriedade fiduciária.

Propriedade superficiária.

Incorporação imobiliária e condomínios.

Multipropriedade imobiliária.

Parcelamento do solo urbano.

Regularização Fundiária.

4. METODOLOGIA

4.1. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e discussão sobre importantes posicionamentos dos Tribunais Superiores.

3.2. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

As aulas serão ministradas com apresentação de arquivos em power point.

4. PERFIL DAS AULAS

Aulas expositivas, dinâmicas e participativas.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação escrita com questões de ordem teórica e inserções de natureza prática, na qual será analisado o conhecimento dogmático e prático do aluno.

7. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. Curso de Direito Civil: Direitos Reais. São Paulo: RT, 2014.
FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Direitos Reais. v. 5. – 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. V. 4.
GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Dos vícios da posse. 3ª ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.
MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito das Coisas. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus Maluf. Curso de Direito Civil: Direito das Coisas. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. V. 3.
PENTEADO, Luciano de Camargo. Direito das Coisas. São Paulo: RT, 2008.
TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito das Coisas. v. 4. – 11. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.
SCHREIBER, Anderson; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando; MELO, Marco Aurélio Bezerra de; DELGADO, Mário Luiz. Código Civil Comentado: Doutrina e Jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

COMPLEMENTAR

DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo. Questões Controvertidas no Código Civil: Direito das Coisas. São Paulo: Método. V. 7.
GOMES, Orlando. Direitos Reais, 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010 (atualizado por Luiz Edson Fachin).
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. V. 5.
NADER, Paulo. Curso de Direito Civil: Direito das Coisas, 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. V. 4.
NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil anotado e legislação extravagante. 7. ed. revista e ampliada. São Paulo: RT, 2009.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil: Direitos Reais. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. V. 4.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil, 28. ed. São Paulo: Saraiva: 2008. V. 5
SARLET, Ingo. O Novo Código Civil e a Constituição, 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
TEPEDINO, Gustavo. Multipropriedade imobiliária. – São Paulo: Saraiva, 1993.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direitos Reais. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. V. 5.

DISCIPLINA: Direito Civil – Família

CARGA HORÁRIA: 21 h/a, assim distribuídas: 6 (seis) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1. JUSTIFICATIVA

A partir da metade do século XX, a família, como célula básica da sociedade, passou a viver um processo de transformação impulsionado, entre outros fatores, pela quebra da ideologia patriarcal, pela visão democrática e igualitária da família e pela possibilidade de conformação de outras entidades familiares não calcadas somente no critério nupcialista. O novo milênio concentra valores diferentes do século passado, uma vez que considera a família como um espaço de desenvolvimento de laços de afeto e preservação da dignidade, objetivando o bem-estar e a felicidade de seus integrantes. Essa travessia é, naturalmente, marcada por indagações, desafios e novas propostas, convidando a comunidade jurídica a repensar a essência e os contornos do Direito de Família.

Diante desse panorama, a disciplina visa a oferecer aos alunos o conhecimento sobre a família, como primeiro agente socializador do ser humano, abordando as normas jurídicas e os princípios fundamentais que disciplinam suas relações. Trata dos institutos que compõem o Direito de Família, realçando as características e as especificidades do Direito Matrimonial, Direito Convivencial, Direito Parental e Direito Assistencial, trazendo à tona, ainda, a visão jurisprudencial sobre os respectivos temas.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Aprofundar o conhecimento dos principais temas e institutos do Direito de Família.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Refletir e discutir textos atuais acerca do Direito da Família;
Analisar decisões judiciais proferidas pelos tribunais pátrios.

3. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

PARTE I – Teoria Geral da Família: Concepção de Família; Evolução Histórica da Família; Família Constitucionalizada; Princípios Constitucionais da Família Contemporânea.

PARTE II – Família, Código Civil e Teoria do Casamento: Família Retratada no Código Civil; Sistematização da Família No Código Civil; Teoria do Casamento e o Código Civil; Pressupostos de Existência; Capacidade Matrimonial – Causas Suspensivas; Impedimentos Matrimoniais; Teoria da Invalidade.

PARTE III – causas de extinção da Família (casamento): Dissolução do Vínculo e da Sociedade Conjugal; Divórcio; Morte; Separação Judicial.

PARTE IV – Filhos e Relações de Parentesco: Proteção dos Filhos no CC; Guarda Unilateral e Compartilhada; Poder Familiar; Teoria da Filiação; Relação de Parentesco.

PARTE V – relações Patrimoniais de Família: Direito Patrimonial de Família; Regime de Bens e Pacto Antenupcial; Usufruto e Administração dos Bens dos Filhos Menores; Alimentos; Bem de Família; Noções Gerais sobre Tutela e Curatela

4. METODOLOGIA

4.1 - PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

As aulas serão expositivas.

4.2 - RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Aulas expositivas e indicação bibliográfica.

5. PERFIL DAS AULAS

Serão realizadas aulas expositivas e discussões em sala de aula.

6 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

O método de avaliação consistirá em uma prova escrita com questões de ordem teórica e prática.

7 – BIBLIOGRAFIA

Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 2002.
Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 2004.
Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: IOB Thomson, 2006.
Anais do VI Congresso Brasileiro de Direito de Família. Família e Responsabilidade. Coord. Rodrigo da Cunha Pereira. Porto Alegre: Magister.
ABREU, Célia Barbosa. Curatela & Interdição Civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
ALMEIDA, Renata Barbosa de; RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. Direito Civil: Famílias. São Paulo: Atlas.
ALVES, Leonardo Barreto Moreira. Direito de Família Mínimo. Lumen Juris: Rio de Janeiro.
AZEVEDO, Álvaro Villaça. Estatuto da Família de Fato. São Paulo: Atlas.
CAHALI, Francisco José; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.) Alimentos no Código Civil. SP: Saraiva.
CAHALI, Yussef Said. Divórcio e Separação. São Paulo: Revista dos Tribunais.
CAHALI, Yussef Said. Dos Alimentos. São Paulo: Revista dos Tribunais.
_____. Manual de Direito das Famílias. 4.ed. São Paulo: RT.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
FACHIN, Luiz Edson. Elementos Críticos do Direito de Família. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar.
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito das Famílias. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
_____. (coord). Temas Atuais de Direito de Processo de Família. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
LÔBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das famílias. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, v.6, n.24, p.151-152, jun.-jul. 2004.
_____. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. In: Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 2002.
LÔBO, Paulo. Famílias. São Paulo: Saraiva.
MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense.
OLIVEIRA, Euclides de. União Estável: do concubinato ao casamento. Ed. Método
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.
PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Concubinato e União Estável. 6.ed. Belo Horizonte: Del Rey.
PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Divórcio. Rio de Janeiro: GZ.
PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família. Belo Horizonte: Del Rey.
Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM.
Revista IOB de Direito de Família. Porto Alegre: Síntese.
RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. Direito de Família. São Paulo: Saraiva.
TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Família guarda e autoridade parental. Rio de Janeiro: Renovar.
TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. O Direito das Famílias entre a Norma e a Realidade. São Paulo: Atlas.
TEPEDINO, Gustavo. A disciplina civil-constitucional das relações familiares. In: TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar.
_____. O papel da culpa na separação e no divórcio. In: TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar.
VELOSO, Zeno. Direito de família, alimentos, bem de família, união estável, tutela e curatela. In:



AZEVEDO, Álvaro Villaça (Coord.) Código Civil comentado. São Paulo: Atlas.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Direito de Família. São Paulo: Atlas.

DISCIPLINA: **Direito Civil – Sucessões**

CARGA HORÁRIA: Serão 15 h/a, sendo 04 encontros e uma avaliação. Cada encontro será composto de 03h/a, com duração de 60 minutos cada hora-aula.

1 – JUSTIFICATIVA

O Direito Civil tem passado por um importante processo de renovação em suas bases teórica e prática. As mudanças nesse campo trazem também novas exigências para o profissional, que deve ter conhecimento dos diferentes fenômenos emergentes na sociedade contemporânea. Portanto, torna-se indispensável uma análise aprofundada das novas relações jurídicas travadas no âmbito do Direito Civil, sendo imprescindível para este fim o estudo do Direito das Sucessões.

2 – OBJETIVO

2.1 – OBJETIVOS GERAIS

Estudo da teoria do Direito sucessório e de suas características fundamentais, de modo a permitir a consolidação da base necessária para o tratamento das sucessões e de outros ramos do Direito.

Apresentar a estrutura do Direito das Sucessões, como fenômeno jurídico com disciplina autônoma e coerência metodológica.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Levar o aluno a conhecer, historicamente e na atualidade, a relevância do Direito das Sucessões, confrontando-o com outros ramos do Direito;

Conscientizar o aluno da importância dos conceitos expostos no Direito Sucessório para o estudo e compreensão do Direito como um todo;

Proporcionar que o aluno conheça e seja capaz de utilizar os conceitos dogmáticos fundamentais relacionados às sucessões, seus princípios, espécies, e o procedimento de inventários e partilhas.

3 – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Introdução ao Direito das Sucessões

1.1. Noções conceituais

1.2. Fundamento

1.3. Conteúdo

1.4. Terminologias fundamentais

Da Sucessão em geral

2.1. A abertura da sucessão

2.2. A questão da comoriência

2.3. Espécies de sucessores e de sucessões

2.4. A aceitação da herança

2.5. A renúncia da herança

2.6. A cessão de direitos hereditários

2.7. A capacidade sucessória

2.8. A incapacidade sucessória, a indignidade e a deserdação

2.9. A transmissão da herança: noções fundamentais e processuais

3. Da sucessão legítima

3.1. Noções conceituais sobre a sucessão legítima

3.2. A ordem de vocação hereditária

- 3.3. Direito de representação e direito próprio
- 3.4. Sucessão na união estável
- 3.5. O direito real de habitação
- 3.6. Herança jacente

4 – METODOLOGIA

4.1 – PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e discussão sobre importantes e recentes questões de concursos jurídicos, bem como dos atuais posicionamentos dos Tribunais Superiores.

4.3 – PERFIL DAS AULAS

Aulas expositivas, dinâmicas e participativas.

5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Será ministrada uma avaliação, com questões subjetivas de ordem teórica e inserções de natureza prática, nas quais será analisado o conhecimento dogmático e prático do aluno.

6 – BIBLIOGRAFIA

CASSETTARI, Christiano. Elementos de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.
DIAS, Maria Berenice. Direito das Sucessões. São Paulo: RT.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Sucessões. São Paulo: Saraiva. V.6.
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Comentários ao novo Código Civil. São Paulo: Saraiva. V. 21.
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. CAHALI, Francisco José. Direito das Sucessões. São Paulo: RT.
OLIVEIRA, Euclides. Direito de Herança: A nova ordem da sucessão. São Paulo: Saraiva.
VELOSO, Zeno. O Conjuge e o Convivente no Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva.

COMPLEMENTAR

CARVALHO NETO, Inácio. Direito Sucessório do Cônjuge e Companheiro. São Paulo: Método.
CASSETTARI, Christiano. Separação, Divórcio e Inventário por Escritura Pública: Teoria e Prática. São Paulo: Método.
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). Direito das Sucessões e o novo Código Civil. Belo Horizonte: Del Rey.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva. V.6.
NUNES, João Batista Amorim de Vilhena. Família e Sucessões; Reflexões Atuais. Curitiba: Juruá.
OLIVEIRA, Euclides de & AMORIM, Sebastião. Inventários e partilhas. São Paulo: Leud.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil – Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva, V.7.

DISCIPLINA: **Direito Constitucional**

CARGA HORÁRIA: 72 h/a, assim distribuídas: 22 (vinte e dois) encontros e 2 (duas) avaliações de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1. JUSTIFICATIVA

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Ciência do Direito Constitucional passou a ter um significativo desenvolvimento doutrinário, incomparavelmente maior que a produção teórica surgida durante o regime político anterior, intimidada pelo olhar vigilante da censura oficial. Hodiernamente, as ciências constitucionais (geral, comparada e particular) não apenas se tornaram um importante instrumento auxiliar das demais disciplinas jurídicas, como também – sem demasia – tem contribuído para uma profunda reflexão teórica e para o desenvolvimento institucional do país, seja ao oferecer novas fórmulas para a resolução de conflitos entre Estado e particulares ou interpoderes, seja ao ofertar críticas às soluções existentes. Tal panorama, por si, já justificaria o estudo aprofundado das categorias dogmáticas constitucionais a partir da necessária atualização teórica e jurisprudencial. Ademais, cumpre não perder de vista o papel cada vez mais ativista do Tribunal Constitucional da Federação (STF) na tutela dos direitos e das liberdades constitucionais, nos controles de constitucionalidade e de convencionalidade e na judicialização da política/politização da justiça, com importantes reflexos no próprio reconhecimento, pelo STF, da progressiva migração do sistema jurídico nacional, de índole romano-germânica (civil law) para um sistema de valorização dos precedentes judiciais (common law), de inspiração anglo-saxônica, a partir do reconhecimento da força vinculante dos precedentes dos Tribunais Superiores, na linha do stare decisis.

2. OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do curso é o de despertar os alunos para o papel fundamental do Direito Constitucional na organização e no exercício do poder político, na tutela dos direitos individuais, políticos, sociais e difusos, na garantia do regime democrático-constitucional e na efetivação do Estado democrático de direito, sem deixar de atentar para uma visão compreensiva da atuação do Ministério Público e do seu papel no quadro das funções estatais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo específico do curso é o de aprofundar com os alunos o estudo teórico-dogmático da Ciência do Direito Constitucional, com a finalidade de com eles aperfeiçoar e consolidar sua capacidade de identificar, compreender e operacionalizar os conceitos e temas basilares do Direito Constitucional adquiridos em sua graduação.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático será distribuído pelos dias de aula e abrangerá os temas seguintes:

O Constitucionalismo.

1.1 Períodos do constitucionalismo: clássico, moderno, neoconstitucionalismo e o constitucionalismo do futuro.

Teoria do Poder Constituinte:

2.1. Poder Constituinte Originário;

2.2. Poder Constituinte Derivado;

2.3. Poder Constituinte Derivado Decorrente dos Estados-membros;

2.4. Titularidade do Poder Constituinte;

- 2.5. Poder de Reforma;
- 2.6. Limites ao Poder de Reforma;
- 2.7. Espécies de Limites.

Hermenêutica Constitucional.

- 3.1. Hermenêutica Clássica, Hermenêutica filosófica e Hermenêutica Constitucional;
- 3.2. Princípios e Métodos de Interpretação Especificamente Constitucional:

Direitos Fundamentais:

- 4.1 Evolução: Direitos de Primeira, Segunda e Terceira Gerações;
- 4.2 Características: Universalidade, Historicidade, Indisponibilidade; Constitucionalização, Vinculação dos Poderes Públicos, Aplicabilidade Imediata;
- 4.3 Funções dos Direitos Fundamentais: a Teoria dos Quatro Status de Jellinek;
- 4.4 Colisão dos Direitos Fundamentais;
- 4.5 Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais;
- 4.6 Direitos Fundamentais e relações especiais de sujeição;
- 4.7 Limites imanentes aos Direitos Fundamentais.
- 4.8. Limites aos limites (teoria das restrições às restrições aos direitos fundamentais)
- 4.9. Direitos sociais na Alemanha e no Brasil. A teoria do custo econômico dos direitos (The cost of rights). Welfare State à brasileira e os primeiros sinais de exaurimento do Estado do Bem-Estar Social no modelo europeu.

Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade:

- 5.1. Introdução. Marcos formais históricos do controle de constitucionalidade: de Aristóteles às Revoluções francesa e americana.
- 5.2. Correlação entre os elementos da Estabilidade Constitucional, Rigidez Constitucional, Controle de Constitucionalidade e Supremacia Constitucional.
- 5.3. Modelos de Controle de Constitucionalidade de leis: modelo norte-americano ou de controle difuso incidental; modelo europeu ou de Controle concentrado (ou reservado); Anulabilidade versus nulidade das normas inconstitucionais.
- 5.4. Sistemas de Controle de constitucionalidade: sistema político (França – controle preventivo); sistema jurídico ou jurisdicional (Alemanha e EUA) e sistema misto ou híbrido (Brasil);
- 5.5. Vícios de inconstitucionalidade: vícios formais (orgânicos, propriamente ditos e referentes aos pressupostos objetivos do ato normativo) e materiais;
- 5.6. Bloco de constitucionalidade e sua tendência de alargamento no Brasil após a promulgação da EC 45/2004;
- 5.7. Controle de Constitucionalidade e Controle de Convencionalidade: distinções e classificações gerais do controle de convencionalidade (André de Carvalho Ramos e Valério Mazzuoli);
- 5.8. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade: sistema judicial repressivo - regra; exceções ao sistema judicial repressivo: hipóteses de controle político repressivo e de controle político preventivo. Controle judicial preventivo pela via do MS impetrado por parlamentares. Controle de constitucionalidade pelo TCU, CNJ e CNMP.
- 5.8. Critérios ou métodos de Controle de Constitucionalidade: critério difuso e critério concentrado. Origens históricas e seus reflexos no modelo brasileiro atual.
- 6. Controle de constitucionalidade em espécie: das vias às técnicas decisórias.
 - 6.1. Vias do Controle de Constitucionalidade: dos casos concretos às ações diretas do controle abstrato (ADI, ADC, ADIO, ADPF e ADI interventiva).
 - 6.2. Fiscalização objetiva (processos objetivos) e fiscalização subjetiva (casos concretos) de constitucionalidade.
 - 6.3. O Controle Abstrato de Normas na Constituição Federal de 1988: a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade;
 - 6.4. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental;

- 6.5. Processos de Controle da Omissão Inconstitucional;
- 6.6. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão: fixação de prazo ao legislador, apelo ao legislador, estado de coisas inconstitucional e compromisso significativo;
- 6.7. Mandado de Injunção como ação concreta do controle difuso de inconstitucionalidade das omissões normativas do Poder Público: teorias “concretistas” contemporâneas;
- 6.8. Técnicas de Decisão no Controle de Constitucionalidade;
- 6.9. Declaração de Nulidade: total; parcial com redução de texto; sem redução de texto;
- 6.10. Declaração de Inconstitucionalidade sem pronúncia de Nulidade;
- 6.11. Eficácia das decisões no Controle de Constitucionalidade;
- 6.12. Eficácia Erga Omnes;
- 6.13. Eficácia Vinculante: transcendência dos motivos determinantes no controle abstrato de constitucionalidade à luz do novo CPC (arts. 927);
- 6.14. Questões atuais do Modelo Difuso de Constitucionalidade: tendência de eficácia expansiva ou força expansiva das decisões no controle difuso (Rcl 4335/STF);
- 6.15. Controle de Constitucionalidade nos Estados-membros.

Organização do Estado;

- 7.1. Organização Político-Administrativa do Estado brasileiro;
- 7.2. Federalismo e outras formas de Estado. A Federação brasileira;
- 7.3. Repartição Constitucional de Competências;
- 7.4. Intervenção Federal e Estadual;
- 7.5. Limitação do Poder Político – a Separação dos Poderes. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Visão normativista clássica e visão crítica atual;
- 7.6. A questão da judicialização da política e da politização da justiça. Limites e possíveis excessos do ativismo judicial. Crítica ao “absolutismo conceitual” da separação dos poderes como obstáculo às transformações sociais pelas forças progressistas (José Rodrigo Rodriguez e Marcos Nobre);

Poder Legislativo.

- 8.1. Divisões e organização.
- 8.2. Estatuto dos congressistas (imunidades parlamentares): imunidades formais e materiais. Foro por prerrogativa de função dos congressistas.
- 8.3. Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's): limites, amplitude e poderes.

Processo legislativo constitucional.

- 9.1 Conceito. Classificações. Espécies normativas primárias e secundárias (ou infralegais); processo legislativo ordinário, sumário e especial.
- 9.2 Processo legislativo ordinário: fases da iniciativa (espécies de iniciativa), constitutiva e complementar.
- 9.3 Processo legislativo sumário.
- 9.4 Processos legislativos especiais (Emendas constitucionais, leis orçamentárias, leis complementares e medidas provisórias).
- 9.5 Distinções entre Lei Ordinária e Lei Complementar: distinções formais e materiais.

Ministério Público e Neoconstitucionalismo: atuação do MP à luz da teoria crítica do direito. Atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário no plano da implementação material de Políticas Públicas. A dicotomia do mínimo existencial e da reserva do possível (tragic choices).

4. METODOLOGIA

4.1 PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Os pontos de focalização mais intensos no conteúdo programático serão determinados pelo professor, respondendo aos interesses dos alunos. O professor, ainda, poderá contextualizar as

temáticas tratadas, com observações extraídas da atuação profissional.

4.2 RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Serão utilizados esquemas de aula e roteiro em data show para acompanhamento da exposição do professor. Poderão ser disponibilizados, esporadicamente, no sistema acadêmico, alguns materiais de acompanhamento.

5. PERFIL DAS AULAS

As aulas seguirão o programa, pelo método expositivo.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para a avaliação de acompanhamento e aprendizagem poderão ser aplicadas duas provas subjetivas presenciais e/ou virtuais, a critério do professor, sem qualquer tipo de consulta, em conformidade com os objetivos e as metas constantes neste programa de disciplina e na bibliografia apresentada.

7. BIBLIOGRAFIA

As referências a seguir são meramente sugestivas e não excluem a leitura de livros, artigos, decisões judiciais e planos de aula eventualmente indicados no decorrer do curso como essenciais ao domínio da matéria.

ANDRADE, José Carlos Vieira de Andrade. Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976. Coimbra: Almedina.

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988. SP: Atlas, BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional. Coimbra: Almedina.

_____; Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina.

_____; MOREIRA, Vital. Fundamentos da constituição. Coimbra: Coimbra.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

HAMON, Francis; TROPER, Michel; BURDEAU, Georges. Direito constitucional. Tradução de Carlos Souza. Barueri: Manole.

HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris.

HORTA, Raul Machado. Direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey.

JUNIOR, Flávio Martins Alves Nunes. Curso de Direito Constitucional. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.

KAUFMANN, Roberta. Ações Afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos EUA e no Brasil. Porto Alegre: Livraria dos Advogados.

LEONCY, Léo Ferreira. Controle de constitucionalidade estadual. São Paulo: Saraiva.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. Lições de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; GONET BRANCO, Paulo Gustavo. Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais. Brasília: Brasília Jurídica.

_____; Gilmar Ferreira. Controle de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva.

_____; Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva.

_____; Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional. São Paulo: Saraiva.

_____; Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.

MIRANDA, Jorge. Manual de Direito constitucional. Tomo I. Coimbra: Coimbra Editora.

_____; Manual de Direito constitucional. Tomo II. Coimbra: Coimbra Editora.

_____; Textos históricos do direito constitucional. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.



MITIDIERO, Daniel; SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Como decidem as cortes?: para uma crítica do direito (brasileiro). Rio de Janeiro: Editora FGV.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O poder de reforma constitucional. Belo Horizonte: Nova Alvorada.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros.

_____; Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Malheiros.

TEIXEIRA, J. H. Meirelles. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ZIPPELIUS, Reinhold. Teoria Geral do Estado. 3. ed. Tradução de Karin Praefke-Aires Coutinho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DISCIPLINA: **Direito Empresarial.**

CARGA HORÁRIA: 27 h/a, assim distribuídas: 8 (oito) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1. JUSTIFICATIVA

O Direito comercial/empresarial envolve um complexo de regras que disciplina a atividade econômica dirigida à satisfação das necessidades do mercado e todos os atos nos quais essa atividade se concretiza, em especial os conceitos de empresa, empresário, estabelecimento, sociedades, títulos de crédito, falências e recuperação de empresas.

Com efeito, os atos que são praticados pelos exercentes da atividade empresarial também são praticados por outras pessoas em outras atividades, como, por exemplo, a emissão de títulos de crédito. Todavia, o estudo desses atos continua se justificando dentro do direito empresarial, na medida em que são atos que nasceram ligados às necessidades do comércio, hoje da empresa, e se desenvolveram atendendo a essas necessidades.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender os conceitos primordiais do direito comercial/empresarial, especialmente os voltados aos estudos sobre a empresa, o empresário, o estabelecimento e os institutos afins, bem como sobre o surgimento, desenvolvimento e extinção da empresa, permitindo um conhecimento teórico de tais conceitos e a aplicação prática deles, relacionando-os com o conteúdo de outras disciplinas, em especial com o direito das obrigações, o direito dos contratos e do processo de execução. Foco da disciplina será nas principais alterações legislativas de 2019 a 2023.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Resolver as questões teóricas e práticas que envolvem o direito comercial, visando a:

Diferenciar os conceitos de empresa, empresário e estabelecimento.

Indicar qual o melhor tipo societário diante das necessidades apresentadas. Além disso, buscar desenvolver conhecimento que permita soluções de conflitos envolvendo sócios, bem como a própria sociedade e terceiros.

Apontar a relação de alguns títulos de crédito com a vida empresarial moderna, mormente diante das alterações legais nos procedimentos recuperacionais e falimentares.

Apreender conceitos que permitam a instauração de um procedimento falimentar ou de recuperação de empresas, bem como a atuação nos referidos processos ou em processos ligados ao estado de insolvência dos empresários.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Teoria Geral do Direito Empresarial

1.1. Empresa.

1.2. Empresário: conceito, requisitos e espécies.

1.3. Conceito de estabelecimento. Natureza. Elementos. Aviamento. Clientela. Negociação. Trespasse.

2. Direito Societário

2.1. Das sociedades – disposições gerais.

2.2. Personificação das sociedades. Autonomia patrimonial. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Origem, causas e efeitos.

2.3. Classificação das sociedades: sociedades de pessoas e de capitais. Sociedades simples e empresárias. Sociedades não personificadas e personificadas.

2.4. Sociedades personificadas e não personificadas.

- 2.5. Sociedade simples e Sociedades limitadas.
- 2.6. Sociedades anônimas de capital fechado e aberto.
- 2.7. Operações societárias e contratos parassocietários
- 2.8. Sociedade anônima de futebol - características e elementos de formação e constituição.

3. Títulos de Crédito

3.1. Teoria geral dos títulos de crédito. Conceito. Natureza jurídica e função econômica dos títulos de crédito. Princípios. Classificações dos títulos de crédito (classificação quanto à emissão e circulação)

3.2. Institutos comuns: Saque, aceite, endosso, aval, protesto.

4. Direito falimentar (direito das empresas em crise). A recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Lei 11.101, de 09/02/2005.

4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI 11.101/2005: Objeto, sujeito passivo, competência e atuação do Ministério Público.

4.2. DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA: Obrigações inexigíveis. Suspensão; Da Verificação e da Habilitação de Créditos; Do Administrador Judicial e do Comitê de Credores; Do Comitê de Credores; Da Assembleia-Geral de Credores.

4.3. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: Disposições Gerais; Do Pedido e do Processamento da Recuperação Judicial; Do Plano de Recuperação Judicial do Devedor e dos Credores; Do Procedimento de Recuperação Judicial; Do Plano de Recuperação Judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. DA CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA: Hipóteses, requisitos e efeitos.

4.4. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

4.5. DA FALÊNCIA: Disposições Gerais; Da Classificação dos Créditos – Créditos extraconcursais; Do Pedido de Restituição e embargos de Terceiros; Do Procedimento para a Decretação da Falência; Juízo Universal da Falência; Da Inabilitação Empresarial, dos Direitos e dos Deveres do Falido - Continuação do Negócio; Da Falência Requerida pelo Próprio Devedor; Da Arrecadação e da Custódia dos Bens; Dos Efeitos da Decretação da Falência sobre as Obrigações do Devedor; Da Ineficácia e da Revogação de Atos Praticados antes da Falência – Ação Revocatória; Da Realização do Ativo; Do Pagamento aos Credores; Do Encerramento da Falência e da Extinção das Obrigações do Falido.

4. METODOLOGIA

4.1 PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

As aulas ministradas serão expositivas, tomando por base a legislação em vigor, comparando-a com a legislação anterior, sem esquecer da doutrina a respeito do assunto, trazendo para aula casos concretos que permitirão a melhor compreensão da matéria. A participação dos alunos será sempre incentivada.

4.2 RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

As aulas serão ministradas a partir de aulas expositivas, com o auxílio do quadro, do projetor, bem como de material a ser disponibilizado aos alunos.

4.3 PERFIL DAS AULAS

O conteúdo programático da disciplina propondo a análise do direito comercial brasileiro dividirá a matéria em quatro partes (teoria geral, direito societário, títulos de crédito e falências e recuperação de empresas). As temáticas de cada aula serão agendadas na aula anterior, no intuito de permitir a pesquisa bibliográfica prévia por parte dos alunos. Os pontos de focalização mais intensa no conteúdo programático serão determinados previamente, buscando contextualizar a matéria com outras disciplinas, bem como com a atuação prática no âmbito do direito comercial.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Será realizada avaliação questões subjetivas, e eventualmente questões objetivas, nas datas previstas no calendário escolar do curso, tendo-se como elemento preponderante nas avaliações a capacidade de expressão escrita que demonstre apreensão do conhecimento sobre a matéria. Qualquer conceito jurídico mencionado na resposta deve ser esclarecido, sob pena de se considerar a questão incompleta.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 BÁSICA

BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Curso Avançado de direito comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais

CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito Empresarial Esquematizado. São Paulo: Saraiva.

MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro. São Paulo: Atlas.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. São Paulo: Saraiva.

RAMOS, André Luiz de Santa Cruz. Direito Empresarial – volume único. São Paulo: Método.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial. São Paulo: Saraiva.

6.2 COMPLEMENTAR

ABRÃO, Carlos Henrique. Sociedades simples. São Paulo: Juarez de Oliveira.

ASCARELLI, Tullio. Teoria geral dos títulos de crédito. Tradução de Benedito Giacobбини. Campinas: RED

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Nova lei de recuperação e falências comentada. São Paulo: RT.

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. São Paulo: Atlas.

BARRETO FILHO, Oscar. Teoria do Estabelecimento comercial. São Paulo: Saraiva.

BOITTEUX, Fernando Netto, Títulos de crédito. São Paulo: Dialética.

BORGES, João Eunápio. Títulos de crédito. Rio de Janeiro: Forense.

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à lei das sociedades anônimas. São Paulo: Saraiva.

_____. Comentários ao Código Civil. São Paulo: Saraiva.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresas. SP: Saraiva.

DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER E IPANEMA MOREIRA. Comentários à lei de propriedade industrial e correlatos. Rio de Janeiro: Renovar.

DI BLASI, Gabriel; GARCIA, Mario S. e MENDES, Paulo Parente M. A propriedade industrial. Rio de Janeiro: Forense.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Sociedades limitadas. São Paulo: Atlas.

FRANCO, Vera Helena; SZTAJN, Rachel. Manual de direito comercial. São Paulo: RT.

FRANCO, Vera Helena de Mello. Manual de direito comercial. São Paulo: RT.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GUSMÃO, Mônica. Lições de direito empresarial. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense.

LIMA, Osmar Brina Corrêa. Sociedade Anônima. Belo Horizonte: Del Rey.

LOBO, Jorge. Sociedades limitadas. Rio de Janeiro: Forense.

LUCENA, José Waldecy. Das sociedades limitadas. Rio de Janeiro: Renovar.

MACHADO, Rubens Approbato (coord). Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresas. São Paulo: Quartier Latin.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito cambiário. Campinas: Bookseller.

PAIVA, Luiz Fernando Valente (coord). Direito falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas. São Paulo: Quartier Latin.



RESTIFFE NETO, Paulo; RESTIFFE, Paulo Sérgio. Lei do cheque. São Paulo: RT.
SILVA, Alexandre Couto. Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio da. Títulos de crédito. Rio de Janeiro: Renovar.
SOUZA JÚNIOR, Francisco Sátiro de e PITOMBO, Antônio Sérgio de A. de Moraes (coordenadores). Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo: RT.
TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de (coord). Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo: Saraiva.
VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Curso de direito comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais.

7. OBRAS OBRIGATÓRIAS

CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito Empresarial Esquematizado. São Paulo: Saraiva.
RAMOS, André Luiz de Santa Cruz. Direito Empresarial – volume único. São Paulo: Método.

8. ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

Os alunos devem acompanhar as aulas, resolvendo exercícios e acompanhando a jurisprudência dominante sobre a matéria.

DISCIPLINA: **Direito Processual Civil**

CARGA HORÁRIA: 111 h/a, assim distribuídas: 34 (trinta e quatro) encontros e 3 (três) avaliações de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1 - JUSTIFICATIVA

O Direito Processual Civil tem passado por significativas modificações em nosso país, com o objetivo de proporcionar uma tutela jurisdicional célere, segura e, portanto, efetiva. Em 2015, foi aprovada a lei 13.105/15 (“Novo Código de Processo Civil”), impondo modificações substanciais no sistema processual, especialmente para torná-lo um instrumento de realização de direitos fundamentais.

O estudo da disciplina deve focar, desse modo, o conhecimento dogmático, doutrinário, jurisprudencial e legal elementares, juntamente com os direitos fundamentais, por meio dos quais tal sistema tem sido interpretado.

2 - OBJETIVO

Objetivo Geral:

Analisar o sistema processual civil, especialmente a partir das modificações impostas pela lei nº 13.105/15 e segundo o modelo constitucional do processo.

Objetivo Específico:

Compreender, de maneira didática e racional, o Direito Processual Civil no que concerne ao conhecimento doutrinário, jurisprudencial e legal elementares da disciplina.

3 - DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

PARTE I – TUTELA COGNITIVA

Conceitos Básicos: Jurisdição, Ação e Processo. Espécies de Tutela Jurisdicional. Condições da ação. Cognição judicial.

O modelo constitucional do processo.

Pressupostos Processuais. Sujeitos da Relação Processual. Partes. Capacidade.

Legitimação ordinária e extraordinária. Sucessão na relação processual.

Pluralidade de Partes. Litisconsórcio. Espécies. Regime Jurídico.

Competência. Teoria Geral. Espécies. Regime Jurídico. Modificação.

Cooperação Nacional.

Atos Processuais: Lugar e Momento. Intimação. Invalidades Processuais.

O Procedimento Comum em movimento. Fases. Flexibilização Procedimental.

Petição Inicial. Pedido. Causa de Pedir. Juízo de admissibilidade da petição inicial.

Citação. Modalidades. Efeitos.

Audiência de Conciliação ou de Mediação.

Resposta do Réu. Concentração das Defesas. Revelia.

Providências Preliminares. Julgamento Conforme o Estado do Processo. Saneamento e Organização do Processo.

Teoria Geral da Prova.

Sentença. Estrutura. Vícios.

Intervenção de Terceiros. Teoria Geral. Intervenções típicas: Assistência, Denúnciação da Lide, Chamamento ao Processo, Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica e Amicus Curiae. Intervenção de Terceiros no CDC. Intervenções Atípicas.

Coisa Julgada.

Teoria geral dos precedentes judiciais.

Teoria geral dos casos repetitivos.

Da ordem dos processos no Tribunal. Procedimentos de competência originária: Incidente de

Assunção de Competência e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

Meios de impugnação às decisões judiciais.

Ação Rescisória e Ação de Anulação de Ato Judicial. Reclamação.

Recursos. Princípios. Teoria Geral.

Recursos em Espécie (Ordinários): Apelação, Agravo de Instrumento, Embargos de Declaração e Agravo Interno.

Recursos em Espécie (Excepcionais): Extraordinário e Especial.

PARTE II – TUTELA EXECUTIVA

Execução Civil. Técnicas ou meios de execução. Princípios da tutela executiva.

Responsabilidade patrimonial. Fraude à execução.

Títulos executivos judiciais e extrajudiciais.

Execução de título extrajudicial (processo de execução).

Meios de Defesa do Executado. Embargos do Devedor. Objeção de pré-executividade. Ações autônomas.

Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença.

Técnicas especiais de execução de obrigação alimentícia.

PARTE III – TUTELAS PROVISÓRIAS

Tutelas de Urgência: tutela Antecipada e tutela cautelar. Procedimento: antecedente e incidente.

Tutela da evidência.

4 - METODOLOGIA

As aulas serão basicamente expositivas, com foco na doutrina, na lei e na jurisprudência, sobretudo dos tribunais superiores. Haverá espaço para perguntas e discussão de questões relativas ao tema da aula, quando cabível e permitido pelo tempo disponível.

Serão fornecidos aos alunos roteiros de aula relativos a cada tema do Programa. A jurisprudência deverá ser pesquisada nos sites dos tribunais, pelos alunos, cabendo ao professor indicar, quando for o caso, as súmulas ou os leading cases nos temas polêmicos.

5 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA

As avaliações serão realizadas periodicamente na disciplina do módulo do Curso. Para ser aprovado no módulo, o aluno deverá obter média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75%.

Serão realizadas três avaliações, nos moldes estabelecidos pela Escola. A nota final será representada pela média das avaliações.

6 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Araken de. Manual da Execução. - São Paulo: RT.

ASSIS, Araken de. Manual dos Recursos. - São Paulo: RT.

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. 3 volumes - São Paulo: Saraiva.

CABRAL, Antonio do Passo. Nulidades no Processo Moderno: contraditório, proteção da confiança e validade prima facie dos atos processuais. - São Paulo: Forense.

C MARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. - São Paulo: Atlas.

_____. Levando os Padrões Decisórios a Sério: formação e aplicação de precedentes e enunciados de súmula. - São Paulo: Atlas.

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. - Salvador: Juspodivm.

DINAMARCO. Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil, 4 volumes. - São Paulo: Malheiros.

_____. Capítulos de Sentença. - São Paulo: Malheiros Editores.

JORGÉ, Flávio Cheim. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. - São Paulo, RT.



MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil. Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum. - São Paulo: RT.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio. Prova e Convicção: de acordo com o CPC de 2015. – São Paulo: RT.

MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. - São Paulo: RT.

_____. Tutela de Urgência e Tutela de Evidência: soluções processuais diante do tempo da justiça. – São Paulo: RT.

MITIDIERO, Daniel – Colaboração no processo civil: pressupostos sociais, lógicos e éticos. - 3ª ed. São Paulo: RT.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo. - Salvador: JusPodivm.

_____. Manual de Direito Processual Civil. – Salvador: JusPodivm.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. Segurança Jurídica e Processo: da rigidez à flexibilização. – São Paulo: RT.

TEMER, Sofia. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. – Salvador: Ed. JusPodivm.

_____. Participação no Processo Civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. – Salvador: JusPodivm.

TESHEINER, José Maria Rosa. THAMAY, Rennan Faria Krüger. Pressupostos Processuais e Nulidades no Novo Processo Civil. - Rio: Forense.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – vol. I – Rio de Janeiro: Forense.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. DIDIER JR, Fredie. TALAMINI, Eduardo. DANTAS, Bruno. (coordenadores). Breves Comentários ao Código de Processo Civil. - São Paulo: RT.

WATANABE, Kazuo. Cognição no Processo Civil. São Paulo: Saraiva.

ZANETI JR., Hermes. O Valor Vinculante dos Precedentes: teoria geral dos precedentes normativos formalmente vinculantes. – Salvador: JusPodivm.

Nota: Além da bibliografia básica indicada, o aluno deverá consultar, sobre cada tema, a jurisprudência dos Tribunais (principalmente STJ e STF), além de trabalhos monográficos e artigos especializados, publicados em revistas eletrônicas e periódicos.

DISCIPLINA: Direito Processual Coletivo

CARGA HORÁRIA: 15 h/a, assim distribuídas: 4 (quatro) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1 – JUSTIFICATIVA

O Ministério Público atualmente é uma Instituição Constitucional fundamental para o acesso à justiça, principalmente para a indução da promoção da transformação social delineada no art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Por isso, torna-se imprescindível estudar o Ministério Público e o sistema de tutela coletiva, especialmente na ótica do Direito Processual Coletivo como novo ramo do direito processual e das ações coletivas como garantias constitucionais fundamentais.

2 – OBJETIVO

2.1 – OBJETIVO GERAL

Preparar os discentes para o estudo e a compreensão do papel constitucional do Ministério Público no sistema de tutela coletiva, especialmente na visão do direito processual coletivo como novo ramo do direito processual e das ações coletivas como garantias constitucionais fundamentais.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar o Ministério Público no novo constitucionalismo;
Analisar o Ministério Público como garantia constitucional fundamental de acesso à justiça;
Discorrer sobre os fatores constitucionais de legitimação social do Ministério Público;
Estudar o direito processual coletivo como novo ramo do direito processual e as atribuições do Ministério Público no sistema de tutela coletiva;
Analisar e discorrer sobre as Propostas Legislativas atuais sobre a Ação Civil Pública;
Discorrer sobre o Ministério Público na ação civil pública, com análise das diretrizes do Novo CPC/2015;
Analisar o Ministério Público na ação civil pública de improbidade administrativa;
Estudar o Ministério Público na ação popular;
Discorrer sobre o Ministério Público no mandado de segurança coletivo;
Apresentar orientação jurisprudencial dos tribunais superiores sobre os temas abordados.

3 – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O Ministério Público como uma Instituição de Acesso à Justiça e garantia constitucional fundamental;
O Direito Processual Coletivo como novo ramo do direito processual e o papel do Ministério Público nas Demandas Coletivas;
O Ministério Público na Ação Civil Pública e as diretrizes do Novo CPC/2015 aplicáveis ao sistema de tutela coletiva;
O Ministério Público na Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa;
O Ministério Público na Ação Popular;
O Ministério Público no Mandado de Segurança Coletivo.

4 – METODOLOGIA

4.1 – PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Encaminhamento de textos e questionários sobre os temas abordados para leitura prévia pelos alunos.

4.2 – RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Aula expositiva com debate entre professor e alunos.

Utilização de quadro e apresentação de roteiro por intermédio de slides em formato PowerPoint.

4.3 – PERFIL DAS AULAS

Abordagem crítica à luz da teoria dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais e do novo constitucionalismo, com análise da jurisprudência. Discussão e participação dos alunos sobre os temas abordados.

5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para a avaliação de acompanhamento e aprendizagem será ministrada uma prova subjetiva virtual em conformidade com os objetivos e as metas constantes neste programa de disciplina e na bibliografia apresentada.

6 – BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual. São Paulo: Saraiva.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Manual das ações constitucionais. Belo Horizonte: Del Rey.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Direito material coletivo. Belo Horizonte: Del Rey.

ALMEIDA, Gregório Assagra de; CAMBI, Eduardo; MOREIRA, Jairo (Orgs.) Ministério Público, Constituição e Acesso à Justiça. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019, 1489p.

ALMEIDA, Gregório Assagra de; CIANCI, Mirna. Direito Processual do controle da constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, Ano 2011. ISBN 9788502136342.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Ministério Público como fiscal da ordem jurídica na Constituição de 1988 e no Novo CPC para o Brasil. Publicado no volume 6 Ministério Público (Coordenadores Robson Renault Godinho e Susana Henriques da Costa, in Coleção Repercussões do Novo CPC (Coordenador Geral Fredie Didier JR.). 2ª Edição, revista, atualizada e ampliada. Salvador: vl 6, 2017.

ALMEIDA, Gregório Assagra de; CIANCI, Mirna; QUARTIERI, Rita. Mandado de Segurança: introdução e comentários à Lei 12.016/2009. São Paulo: Saraiva, Ano 2011. ISBN 9788502132573.

ALMEIDA, Gregório Assagra de; COSTA, Rafael de Oliveira. Direito Processual Penal Coletivo. 2ª edição, atualizada. Belo Horizonte: 2021.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira; BERCLAZ, Márcio Soares Berclaz. Ministério Público em ação: atuação prática jurisdicional e extrajurisdicional. Salvador: Editora Podivm.

ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. Interesses difusos e coletivos esquematizado. 6ª edição atualizada e ampliada. Rio de Janeiro/Forense, São Paulo/Método, 2016.

CHAVES, Cristiano; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson. Temas atuais do Ministério Público: a atuação do Parquet nos 20 anos da Constituição Federal. 2ª Edição revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

DIDIER JR, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de direito processual civil - processo coletivo. ed. Salvador: Editora Podvum.

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Curso de processo coletivo. São Paulo: Atlas.

GARCIA, Emerson. Ministério Público: organização, atribuições e regime jurídico. 2ª ed., revi. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; MEDINA, José Miguel Garcia; ARAÚJO, Fernando da Fonseca. Procedimentos cautelares e especiais. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. Curso de direito processual civil coletivo. São Paulo: SRS

Editora.

- GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. Ação Popular: aspectos polêmicos. Rio de Janeiro: Forense.
- GOULART, Marcelo Pedroso. Ministério Público e democracia: teoria e prática. São Paulo: Editora de direito.
- GOULART, Marcelo Pedroso. Princípios institucionais do Ministério Público: a necessária revisão conceitual da unidade institucional e da independência funcional. In Livro de Teses do XVII Congresso Nacional do Ministério Público: os novos desafios do Ministério Público. Salvador: CONAMP. 2007, p. 713-16.
- GOULART, Marcelo Pedroso. Elementos para uma Teoria Geral do Ministério Público. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
- GOULART, Marcelo Pedroso; ALMEIRA, Gregório Assagra de. Coleção Ministério Público Resolutivo: Editora D'Plácido.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al (coords.) Direito Processual Coletivo e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MAIA FILHO, Napoleão Nunes et AL. Comentários à nova Lei do Mandado de Segurança. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. São Paulo: Saraiva.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. Edição rev. e ampl. São Paulo: Saraiva.
- MILARÉ, Édís (coordenador). A ação civil pública após 25 anos. São Paulo: Revista os Tribunais.
- MILARÉ, Édís (coordenador). A ação civil pública após 55 anos. São Paulo: Revista os Tribunais.
- MOURA JÚNIOR, Flávio Paixão, ROCHA, João Carlos de Carvalho et al (coords.). Ministério Público e a ordem social justa. Belo Horizonte: Del Rey.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de processo coletivo. 3ª edição, revista e atualizada. Salvador: Editora JusPodivm, volume único, 2016.
- PAES, José Eduardo Sabo. Ministério Público na Constituição do Estado Democrático de Direito. Brasília: Brasília Jurídica.
- STEFANI, Marcos; ALMEIDA, Gregório Assagra de (Coords.). O Direito em Épocas Extraordinárias. Belo Horizonte: Editora D' Plácido, 2020, 1017p.
- VENTURI, Elton. Processo civil coletivo. São Paulo: Malheiros Editores.
- VITORELI, Edilson (coordenador). Manual de Direitos Difusos. 2ª edição revista, ampliada e atualizada. Salvador: JusPodivm, 2020.
- ZANETI JR., Hermes (Coordenador). Processo coletivo. In Coleção Repercussões do Novo CPC (Coordenador Geral Fredie Didier JR.) Salvador: Editora Jus PODIVM, v. 8, 2016.
- ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais

DISCIPLINA: **Metodologia da Pesquisa Jurídica**

CARGA HORÁRIA: 12 h/a, assim distribuídas: 3 (três) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03h/a, com duração de 60 minutos cada hora-aula.

1 – JUSTIFICATIVA

As especificidades da pesquisa jurídica. O método científico e seus aspectos epistemológicos. Escolha do tema, planejamento e objeto da pesquisa. O problema e hipóteses da pesquisa. Os objetivos, a metodologia, a justificativa e fundamentação teórica. Produção do Projeto de Pesquisa.

2 – OBJETIVOS

2.1 – OBJETIVO GERAL

Estudar o processo de produção do conhecimento jurídico com a utilização da metodologia adequada, com os principais elementos de um projeto de pesquisa. Também se pretende que o aluno tome contato com as questões fundamentais sobre a natureza da ciência, aspectos de objetividade e subjetividade.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresentar as discussões sobre a cientificidade e método;
Discutir os aspectos epistemológicos do método científico;
Compreender o processo de planejamento da pesquisa científica;
Indicar a estrutura básica do Projeto de Pesquisa;
Expor as possibilidades de escolha do tema;
Explicar a formulação de problemas e hipóteses;
Apresentar as características principais da justificativa e fundamentação teórica;
Analisar as diversas metodologias de pesquisa para a pesquisa jurídica;
Estudar as normas da ABNT para a pesquisa jurídica;

3 – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Aspectos gerais da produção do conhecimento científico: aspectos metodológicos, objetividade e subjetividade.

Os aspectos fundamentais sobre o planejamento da pesquisa. A apresentação da estrutura básica do projeto de pesquisa.

Tema, problema, hipóteses, objetivos, justificativa, metodologia, fundamentação teórica, bibliografia e cronograma: a elaboração do projeto de pesquisa.

A atualização e análise das normas da ABNT.

4 – CRONOGRAMA

Aula 1

Apresentação do Curso.

1. OLIVEIRA, Luciano. Não fale do código de Hamurabi. A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. In: OLIVEIRA, Luciano. Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004 (pp. 137-167).

ADEODATO, João Maurício. "Bases para uma Metodologia da Pesquisa em Direito", in: Revista CEJ, Brasília, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, nº 7, abril de 1999.

2. FOUREZ, G. A Construção das Ciências: Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências. São Paulo: Editora UNESP, 1995, pp. 37-102.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011, PP. 8-25.

3. RICHARDSON, R. J. et al., Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999, pp.55-69.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011, pp. 41-78.

Discussões sobre a pesquisa jurídica; aspectos epistemológicos;

Planejamento da pesquisa; e, Estrutura básica do projeto.

Aula 2

Discussões sobre a pesquisa jurídica;

1. OLIVEIRA, Luciano. Não fale do código de Hamurabi. A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. In: OLIVEIRA, Luciano. Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004 (pp. 137-167).

ADEODATO, João Maurício. "Bases para uma Metodologia da Pesquisa em Direito", in: Revista CEJ, Brasília, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, nº 7, abril de 1999.

2. FOUREZ, G. A Construção das Ciências: Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências. São Paulo: Editora UNESP, 1995, pp. 37-102.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011, PP. 8-25.

3. RICHARDSON, R. J. et al., Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999, pp.55-69.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011, pp. 41-78.

Aspectos epistemológicos;

Planejamento da pesquisa; e, Estrutura básica do projeto.

Aula 3

Discussão e apresentação do tema, problema, objetivos, justificativa, metodologia e fundamentação teórica.

Análise e estudos das regras da ABNT

1. BRUYNE, P. et al. Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, pp. 99-130.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 98-119.

2. SALOMON, D. V. A Maravilhosa Incerteza: pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 355-397.

TRIVIÑOS, Augusto. Introdução à Pesquisa em ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 21. reimpressão. São Paulo, 2012. pp. 80-115)

3. QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V, Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1998, pp.155-207.

RICHARDSON, R. J. et al., Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999, pp. 207-218 e 259-263.

Manual de elaboração do TCC.

Modelos teóricos aplicáveis à pesquisa jurídica. Apresentação e discussão sobre problema, hipótese, justificativa e fundamentação teórica.

Metodologias de Pesquisa: Metodologias quantitativas e qualitativas.

A pesquisa jurídica e as metodologias tradicionais.

A estrutura do projeto de pesquisa e as normas da ABNT.

5 – METODOLOGIA

No curso, o método adotado será de aulas expositivas pelo professor, com a participação dos alunos. Para tal finalidade, será exigida a leitura prévia dos textos indicados em cada uma das aulas.

6 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para a aprovação final na disciplina, o aluno deverá, além da frequência regulamentar, obter conceito mínimo regimental, o qual deverá obedecer aos critérios abaixo delineados:

Apresentação de trabalho final consistente na elaboração do projeto de pesquisa, que corresponderá a 100% (cem por cento) da pontuação.

7 – BIBLIOGRAFIA

AGUILLAR, Fernando Herren. Metodologia da Ciência do Direito. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação-apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, Ago. 2002.

_____. NBR 6024: Informação e documentação-numeração progressiva das seções de um documento escrito-Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, mai. 2003.

_____. NBR 6027: Informação e documentação-sumário-apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, mai. 2003.

_____. NBR 6028: informação e documentação-resumo-apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, nov. 2003.

_____. NBR 6034: Informação e documentação-índice-apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, dez. 2005.

_____. NBR 10520: Informação e documentação-referências-elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, Ago. 2002.

_____. NBR 14724: Informação e documentação-trabalhos acadêmicos-apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, Ago. 2002.

BAUER, M. W. e GASKELL, G. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

BOURDON, R. Métodos da Sociologia. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

BRANDÃO, C. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

EINAUDI, E. Método, Teoria e Modelo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1992.

FODDY, W. Como Perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras: Celta Editora, 1996.

FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: Introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Unesp, 1995.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GREIMAS, A. J. e LANDOWSKI, E. Análise do Discurso em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Global Universitária, 1986.

GUSTIN, Miracy B. S.; DIAS, Maria T. F. (Re)pensando a pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

KAUFMANN, F. Metodologia das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1977.

KUHN, T. S. A Estrutura das Revoluções Científicas. 8. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAMY, Marcelo. Metodologia da pesquisa jurídica: técnica de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. Lisboa: Kalouste Gulbenkian, 1997.

_____. Metodologia da Pesquisa no Direito. Lisboa: Kalouste Gulbenkian, 1997.

LATOUR, B. e WOOLGAR, S. Um Discurso sobre as Ciências. Porto Alegre: Afrontamento, 1996.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Luciano. Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. 11. Ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

RICHARDSON, Roberto; et. Al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TRIVINOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1. Ed. 21. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

DISCIPLINA: **Direito do Consumidor**

CARGA HORÁRIA: 12 h/a, assim distribuídas: 3 (três) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1 – JUSTIFICATIVA

O Direito do Consumidor é um microsistema jurídico instituído para regulamentar a relação estabelecida entre o fornecedor de produto e serviço e o consumidor (destinatário final), tanto na perspectiva coletiva quanto na individual. A sociedade de consumo demanda um tratamento jurídico particularizado quanto ao fornecimento de produto e prestação de serviço que colocam em risco a vida, a saúde, a segurança e os interesses econômicos do consumidor, destacadamente em relação à responsabilidade civil do fornecedor, da coibição de práticas comerciais abusivas e de contratos abusivos, dentre outros. Nesse contexto, no plano internacional, por intermédio das Diretrizes da ONU para a proteção do consumidor, previstas na Resolução n. 39/248, da Assembleia Geral da ONU, de 16 de abril de 1985, recomendou-se a elaboração de leis protetivas do consumidor, reconhecendo este como o sujeito vulnerável nas relações verificadas no mercado de consumo. No plano interno, a proteção do consumidor foi elevada à categoria de direito fundamental e também como princípio da ordem econômica, resultando na imposição de o Estado promover a defesa do sujeito vulnerável (consumidor) no mercado. Portanto, o Direito do Consumidor é tema atual e especializado dentro da ciência jurídica, vinculado aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, imprescindível, inclusive, na afirmação da cidadania e no desenvolvimento da atividade econômica.

2 – OBJETIVO

2.1 – OBJETIVO GERAL

Aprofundar os conhecimentos sobre Direito do Consumidor, por intermédio do estudo do fundamento constitucional da proteção do consumidor, bem como o conhecimento do microsistema introduzido pela Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e legislação extravagante.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender os conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço, e a noção de relação jurídica de consumo.

Discutir os diversos temas da disciplina, tais como a Política Nacional de Relações de Consumo, os direitos básicos do consumidor, a responsabilidade civil do fornecedor pelo fato e pelo vício do produto e serviço, a decadência e a prescrição nas relações de consumo, a desconsideração da personalidade jurídica, as práticas comerciais, os contratos de consumo, os aspectos gerais da tutela administrativa e da defesa do consumidor em juízo.

Objetiva-se, ainda, estudar as distinções entre as novas soluções jurídicas contidas no Direito do Consumidor e os institutos clássicos do Direito Civil, do Direito Empresarial e do Direito Processual Civil.

3 – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Introdução. Fundamento constitucional. Relação jurídica de consumo. Elementos da relação jurídica de consumo. Conceitos: consumidor, fornecedor, produto e serviço. Política Nacional de Relações de Consumo.

Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil do fornecedor.

Decadência e Prescrição. Práticas comerciais. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Superendividamento.

Contratos de consumo. Noções gerais. Análise dos principais contratos de consumo,

jurisprudência e questões controvertidas.

Tutela coletiva do consumidor: direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ações coletivas: legitimação; competência; coisa julgada; litispendência.

Avaliação.

4 – METODOLOGIA

4.1 – PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Serão utilizados alguns dispositivos didático-pedagógicos para a mediação do desenvolvimento de competências dos alunos no processo ensino-aprendizagem. Haverá predominância de aulas expositivas dialógicas, buscando a interatividade dos alunos a partir de conhecimentos prévios adquiridos com a leitura de livros e textos indicados nas bibliografias básica e complementar. A estratégia de ensino será complementada com a análise individual e coletiva de textos e casos concretos relativos ao Direito do Consumidor.

4.2 – RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

O principal recurso didático-pedagógico será o quadro-pincel, a fim de possibilitar o lançamento do conteúdo programático, a apresentação de conceitos, as classificações e os esquemas de visualização da matéria de forma ampla. Entretanto, poderá ocorrer a utilização de datashow ou de retroprojetor para a apresentação de alguns temas.

4.3 – PERFIL DAS AULAS

As aulas serão ministradas a partir do conteúdo programático elaborado (item 3), visando à prévia leitura do aluno sobre os temas apresentados em cada encontro, fator decisivo na aprendizagem. Haverá exposição verbal do professor, seguida de discussão sobre a lei, doutrina e jurisprudência, bem como a realização de exercícios em sala de aula sobre os temas controvertidos. A análise de casos concretos tem espaço reservado e torna-se necessária para a conjugação da teoria com a prática.

5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno será feita mediante a realização de uma prova escrita com questões subjetivas.

Poderão ser utilizadas outras formas complementares de avaliação, tais como prova oral, seminário e participação em atividades desenvolvidas em sala de aula, mediante prévia comunicação aos alunos.

6 – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ALMEIDA, João Batista. A proteção jurídica do consumidor. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

ALVIM, Arruda [et al.]. Código do consumidor comentado. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. Comentários ao código de defesa do consumidor: direito processual. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de direito do consumidor. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

BESSA, Leonardo Roscoe. Código de defesa do consumidor comentado. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de direitos do consumidor. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini [et al.]. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos

autores do anteprojeto. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. Direito do consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

NERY JUNIOR, Nelson. Aspectos do processo civil no código de defesa do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 1, p. 200-221, 1990.

_____. Os princípios gerais do código brasileiro de defesa do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 3, p. 44-77, set./dez, 1992.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

SANTANA, Héctor Valverde. Prescrição e decadência nas relações de consumo. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____. Dano moral no direito do consumidor. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. A boa-fé na relação de consumo. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 14, p. 20-27, abr./jun., 1995.

CABRAL, Érico de Pina. Inversão do ônus da prova no processo civil do consumidor. 1. ed. São Paulo: Editora Método, 2008.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de direito do consumidor. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

FREITAS FILHO, Roberto. Intervenção judicial nos contratos e aplicação dos princípios e das cláusulas gerais: o caso do leasing. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.

MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Código de defesa do consumidor: o princípio da vulnerabilidade no contrato, na publicidade, nas demais práticas comerciais. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

OLIVEIRA, James Eduardo. Código de defesa do consumidor: anotado e comentado: doutrina e jurisprudência. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais

DISCIPLINA: **Responsabilidade Civil**

CARGA HORÁRIA: 18 h/a, assim distribuídas: 5 (cinco) encontros e 1 (uma) avaliação de aprendizagem. Cada encontro será composto de 03 h/a, com duração de 60 minutos cada hora aula.

1 – JUSTIFICATIVA

A disciplina desenvolve o estudo específico acerca da responsabilidade civil no Direito brasileiro, constituindo um dos temas mais atuais e polêmicos em nosso sistema jurídico.

2 – OBJETIVO

Estudo dos aspectos teóricos e práticos da responsabilidade civil discutidos pela doutrina e pela jurisprudência, permitindo ao aluno um exame crítico de questões jurídicas controvertidas atuais ligadas à sua atividade profissional.

3 – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

I – INTRODUÇÃO

Evolução do sistema brasileiro de responsabilidade civil
Fundamentos constitucionais da responsabilidade civil
Princípios específicos
Funções do sistema de responsabilidade civil

II – FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

“Responsabilidade”
Deveres originários vs. Deveres sucessivos
Reparação por atos lícitos
Responsabilidade civil contratual vs. Responsabilidade civil extracontratual

III – ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL

Conduta
Nexo Causal
Culpa como elemento accidental
Dano
Dano Material
Dano Moral
Outras espécies de danos
Atualização monetária e juros de mora
Prescrição

IV – CAUSAS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Fato exclusivo da vítima
Fato exclusivo de terceiro
Caso fortuito
Força maior

V – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL EM ESPÉCIE

Responsabilidade civil por atos próprios
Responsabilidade civil por atos de terceiros
Responsabilidade civil pelo fato das coisas

VI – TEMAS ESPECIAIS

4 – METODOLOGIA

4.1 – PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas, com exame de doutrina e jurisprudência acerca dos temas controvertidos.

4.2 – RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Aulas expositivas, com apoio em recursos tecnológicos.

5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Prova com questões teóricas e práticas acerca dos temas versados em sala de aula, avaliando o conhecimento crítico do aluno.

6 – BIBLIOGRAFIA

AGUIAR DIAS, José. Da Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes. Comentários ao novo Código Civil (Da Responsabilidade Civil. Das Preferências e Privilégios Creditórios). Volume XIII. Rio de Janeiro: Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Comentários ao Código Civil. Volume 11. São Paulo: Saraiva.

MARTINS-COSTA, Judith. Comentários ao novo Código Civil (Do Inadimplemento das Obrigações). Volume V, Tomo II. Rio de Janeiro: Forense.

SANSEVERINO, Paulo. Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor. São Paulo: Saraiva.

SANSEVERINO, Paulo. Princípio da Reparação Integral – Indenização no Código Civil. São Paulo: Saraiva.

SCHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da responsabilidade civil: Da Erosão Dos Filtros Da Reparação À Diluição Dos Danos. São Paulo: Atlas.

STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

10. Metodologia do Processo Ensino Aprendizagem, Sistema de Avaliação e Frequência

As aulas serão presenciais e ministradas conforme metodologia da FESMPDFT, podendo haver atividades acadêmicas de segunda-feira à sábado, à depender do cronograma de agendamento de docentes.

As avaliações subjetivas serão realizadas periodicamente em todas as disciplinas do curso devendo o aluno obter média 6,0 (seis), frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina, média final 7,0 (sete), além de entregar o trabalho de conclusão do curso e obter média mínima 7,0 (sete) para ser aprovado.

Alguns princípios metodológicos merecem destaque:

- ✓ **Interdisciplinaridade:** a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo questionamentos permanentes que permitam a (re) criação do conhecimento;
- ✓ **Formação profissional para a cidadania:** traduzida no compromisso de desenvolver o espírito crítico e à convivência na coletividade, compreendendo o seu papel no mundo e a importância do outro para a construção da cidadania;
- ✓ **Estímulo à autonomia intelectual:** entendida como autoria da própria fala e do próprio agir, é fundamental para a coerência da integração do conhecimento com a ação. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que este construa sua autonomia intelectual e profissional;
- ✓ **Responsabilidade, compromisso e solidariedade social:** materializada na compreensão da realidade social e no estímulo à solidariedade, deve ser o ponto integrador das ações de extensão vinculadas ao currículo;
- ✓ **Diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem:** visualizada como a inserção do aluno na área jurídica desde os primeiros passos no curso, devendo contribuir para a formação de profissional capaz de atuar nos diferentes níveis e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos e a realidade socioeconômica, cultural e política.

Os cursos da FESMPDFT buscam o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de tecnologia da informação, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre ao aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

Destacam-se como metodologias de ensino-aprendizagem aquelas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem e utiliza a aprendizagem ativa. Nessa perspectiva são utilizadas diversas estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais tais como: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, aulas expositivas, aulas práticas, simulação realística, ensino clínico baseado em evidências, estudos de meio, seminários, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica e iniciação científica, propiciando uma experiência segura e próxima da realidade.

11. INFRAESTRUTURA

A FESMPDFT funciona na Quadra CRS 502 Bloco A, nº 55, Asa Sul, CEP 70330-510, Brasília/DF, local onde serão ministradas as aulas presenciais, podendo, à critério da mantenedora, ministrar seus cursos em locais diversos que atendam não apenas aos ditames legislativos pertinentes como também às expectativas da nossa comunidade acadêmica.

11.1. Espaço Físico

As instalações da **FESMPDFT** atendem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR quanto à iluminação, ventilação, refrigeração, acústica e mobiliário, os quais foram cuidadosamente dimensionados com atenção especial às condições ergonômicas com vistas à humanização de seus ambientes.

As instalações prediais apresentam-se em excelente estado de conservação. Além disso, o espaço físico é adequado ao número de usuários projetados e para cada tipo de atividade.

11.1.1. Instalações Administrativas

As instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas. A FESMPDFT possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa.

11.1.2. Espaço de trabalho para o coordenador

O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

11.1.3. Sala coletiva dos professores

A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

11.1.4. Salas de aulas

O prédio da FESMPDFT possui três salas de aula com capacidade para, no mínimo, 50 alunos cada uma, e contam, todas elas, com equipamentos para gravação das aulas que são disponibilizadas para consulta dos alunos, conforme Regulamento do Aluno.

11.1.5. Auditório

A FESMPDFT possui 01 (um) auditório. O auditório atende às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento, a qualidade acústica e a existência de recursos tecnológicos multimídia com alto padrão de qualidade, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência.

11.1.6. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

11.2. Equipamentos

a) Acesso a Equipamentos de Informática

O laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, atende às necessidades institucionais e dos cursos em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui *hardware* e *software* atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

Existência da Rede de Comunicação Científica (Internet)

Os equipamentos de informática estão interligados em rede de comunicação científica (Internet). O acesso à Internet é via Wireless.

Recursos Audiovisuais e Multimídia

A FESMPDFT dispõe de recursos audiovisuais e multimídia que poderão ser utilizados pelos professores e alunos, mediante agendamento prévio com o funcionário responsável pelos equipamentos.

11.3. Biblioteca

11.3.1. Espaço Físico

Instalações para o Acervo

O acervo encontra-se organizado em estantes adequadas, com livre acesso aos usuários da biblioteca. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada. As condições para armazenagem, preservação e disponibilização atendem aos padrões exigidos, cujo funcionamento será disciplinado em regulamento próprio.

Instalações para Estudos Individuais

As instalações para estudos individuais são adequadas no que se refere ao espaço físico com conforto, acústica, iluminação, ar condicionado e mobiliário.

Instalações para Estudos em Grupos

Da mesma forma, as instalações para estudos em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico com conforto, acústica, iluminação, ar condicionado e mobiliário.

11.3.2. Acervo

Livros

O acervo bibliográfico virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e está registrado em nome da FESMPDFT.

O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC.

Periódicos

O acervo do curso conta com assinatura corrente de títulos de periódicos que atendem às necessidades acadêmico-científicas da comunidade acadêmica.

Informatização

A biblioteca está totalmente informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. O acervo disponível já está todo representado no sistema informatizado utilizado pela Instituição.

Base de Dados

A biblioteca já disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e possui microcomputadores com acesso à Internet para consulta a várias bases de dados.

11.3.3. Serviços

Horário de Funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 08h às 22h e aos sábados no horário das 8h às 12h, exceto em períodos de recesso acadêmico, cujos dias e horários de atendimento seguirão aqueles indicados pelo Conselho Administrativo.

Serviço e Condições de Acesso ao Acervo

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local; empréstimo domiciliar; reserva; empréstimos entre bibliotecas; levantamento bibliográfico; e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

A biblioteca é aberta à comunidade externa para consultas em geral. Apenas alunos, professores e funcionários podem solicitar empréstimo de material do acervo.

Os usuários podem retirar, pelo prazo de 07 (sete) dias, até 03 (três) livros, podendo o prazo de empréstimo ser renovado, caso não haja reserva.

As reservas podem ser realizadas no balcão de atendimento. Todo material emprestado pode ser reservado e, quando devolvido, fica à disposição do usuário que reservou por 24 horas. Após esse prazo, passa para outro usuário que tenha feito reserva ou volta à estante.

O levantamento bibliográfico permite a pesquisa por determinado título, autor ou assunto, podendo ser em acervo próprio ou por meio de consulta em bases de dados externas.